

RELATÓRIO DAS PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO



Leiria
Câmara Municipal

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
ENTIDADES PARTICIPADAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA	6
1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	7
1.1. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria (SMASL)	7
1.2. Teatro José Lúcio da Silva	8
2. EMPRESAS LOCAIS.....	9
MUNICÍPIA, EM, SA	9
3. PARTICIPAÇÕES LOCAIS.....	10
3.1. Águas do Centro Litoral, SA.....	11
3.2. Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA.....	12
3.3. MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos, SA.....	13
3.4. VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA.....	14
4. OUTRAS PARTICIPAÇÕES.....	16
4.1. ACF- Associação Caminhos de Fátima	16
4.2. ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura	17
4.3. ADAPT. LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	19
4.4. ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	19
4.5. ANMP- Associação Nacional dos Municípios Portugueses	20
4.6. AOPP - Associação Oficina de Planeamento e Participação.....	21
4.7. APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.....	23
4.8. APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica	23
4.9. Associação Rede de Judiarias de Portugal.....	24
4.10. CENTIMFE - Centro Tecnológico de Moldes, Ferramentas Especiais, Plásticos	25
4.11. CENTROLOGIS - Centro Logístico do Litoral, ACE	26
4.12. CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	27
4.13. ENERDURA -Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	29
4.14. FAM – Fundo de Apoio Municipal	30
4.15. Filarmonia das Beiras - Associação Musical das Beiras	31
4.16. Fundação Escola Profissional de Leiria.....	32
4.17. Liga dos Bombeiros Portugueses.....	33
4.18. QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses	34
4.19. SHIP - Sociedade Histórica da Independência de Portugal	35

4.20. STARTUPLEIRIA - Associação para a Promoção do Empreendedorismo, inovação e novas Tecnologias	36
4.21. Turismo Centro de Portugal	37
4.22. Vida Plena - Associação de Solidariedade Social de Leiria	38
5. DESISTÊNCIA.....	39
5.1. AMIGRANTE - Associação de Apoio ao Emigrante.....	39
5.2. RUTIS - Associação Rede de Universidades da Terceira Idade.....	39
6. QUADRO RESUMO	40
OUTRAS AÇÕES.....	42
CONCLUSÃO	44

2024

RELATÓRIO DAS PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO



01

INTRODUÇÃO

O Município de Leiria participa em diversas entidades de natureza pública, empresarial e associativa, com diferentes níveis de envolvimento e finalidades. Estas participações abrangem empresas municipais, associações de desenvolvimento regional, entidades intermunicipais e sociedades anónimas, refletindo o compromisso do Município com a promoção do desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental do concelho e da região.

Nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, torna-se necessário que o Município de Leiria assegure um controlo efetivo e permanente sobre as entidades em que detém participações, garantindo a transparência da gestão, a sustentabilidade financeira e a prossecução do interesse público local.

Este controlo deve traduzir-se na monitorização regular dos resultados económicos e financeiros, de modo a prevenir riscos, identificar eventuais desequilíbrios e assegurar que as entidades participadas atuam dentro dos limites fixados pela lei.

Assim, a gestão das participações locais constitui uma dimensão importante da administração municipal, dado que delas decorrem responsabilidades financeiras, riscos orçamentais e obrigações legais suscetíveis de influenciar diretamente a sustentabilidade do Município.

Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar atividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades.

O presente relatório tem, assim, como finalidade dar cumprimento às disposições legais em vigor, apresentando uma breve caracterização das entidades participadas do Município de Leiria e uma análise económico-financeira individualizada, dos três últimos anos (tríenio 2022-2024). Esta análise incide sobre a avaliação dos indicadores previstos no artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e sobre a verificação do cumprimento do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando a evolução do desempenho de cada entidade e o respetivo impacto na situação financeira do Município.

Por último, será, ainda, apresentado um conjunto de ações que o Município de Leiria desenvolveu ao longo do período em análise.

ENTIDADES PARTICIPADAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA

As participações do Município de Leiria são enquadradas nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, abrangendo as seguintes tipologias: Serviços Municipalizados (Capítulo II), Empresas Locais (Capítulo III), Participações Locais (Capítulo IV) e Outras Participações (Capítulo V).

1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Os Serviços Municipalizados são serviços internalizados na estrutura municipal para a prestação de serviços públicos de interesse local, tais como o abastecimento de água, saneamento, resíduos, transportes e energia elétrica, entre outros. No caso do Município de Leiria, apenas foram constituídos os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), sendo responsáveis pela gestão e exploração dos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, assegurando a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade destes serviços essenciais à população.

1.1. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria (SMASL)

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Leiria têm como principal atividade a captação, tratamento e distribuição de água destinada ao consumo doméstico, industrial, comercial e público, bem como a prestação de serviços de saneamento, assegurando a recolha e o transporte das águas residuais. Criados em 7 de junho de 1933, os SMAS de Leiria têm desempenhado um papel fundamental na gestão sustentável dos recursos hídricos do concelho.

O atual Conselho de Administração foi nomeado em 29 de outubro de 2024, para um mandato de três anos, sendo composto pelo Senhor Presidente Gonçalo Lopes, pelo Senhor Vereador Ricardo Santos e pelo Senhor Vereador Ricardo Gomes.

Considerando que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria integram a administração indireta do Município de Leiria, não se efetuou uma análise económica financeira, uma vez que ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal “apreciar e votar os documentos de prestação de contas”, incluindo os relativos aos serviços municipalizados, na medida em que integram a administração indireta do município e se encontram sujeitos à sua tutela e supervisão financeira. Por forma, a dar cumprimento legal, anualmente é presente o Relatório e Contas à Câmara Municipal que o submete à apreciação e votação da Assembleia Municipal. No ano de 2024, o Relatório e Contas dos SMASL foi presente em reunião da Câmara Municipal de Leiria de 16 de abril de 2024 e sessão de Assembleia Municipal de Leiria de 22 de junho de 2024.

Posteriormente, de acordo com o n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que determina que sem prejuízo dos documentos da prestação de contas individuais previsto na lei, os municípios, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Assim, as contas dos SMASL foram integradas nas Contas Consolidadas do Município de Leiria, e presentes ao órgão executivo municipal na sua reunião de 11 de junho de 2024, que após apreciação, a submeteu à Assembleia Municipal na sua sessão de 21 de junho de 2024, garantindo a necessária transparência, fiscalização e responsabilidade financeira.

1.2. Teatro José Lúcio da Silva

O Teatro José Lúcio da Silva é uma entidade que visa dotar a cidade de Leiria de um espaço de lazer, saber, conhecimento, cultura e entretenimento fomentando uma relação entre o público e o Teatro e durante o ano de 2024 foi representado na Comissão de Gestão pela Senhora Vereadora Anabela Graça.

Desde 1967 que o TJLS tem vindo a ser gerido por uma Comissão de Gestão, designada pela Câmara Municipal de Leiria, a quem incumbe administrar o respetivo património, sendo classificado, do ponto de vista organizatório, enquanto entidade equiparada a pessoa coletiva, o que se manteve até ao final de 2024.

Dado que a natureza jurídica do Teatro José Lúcio da Silva não se encontrava plenamente definida e uma vez que não existia um ato formal que determinasse o seu enquadramento institucional nos termos previstos no regime jurídico aplicável ao setor empresarial local, considerou-se o Teatro como serviço municipalizado, uma solução que permitiu assegurar o funcionamento regular da atividade cultural associada ao equipamento.

A interpretação baseou-se no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 50/2012, que exigia que a integração de entidades no setor público local tivesse em conta a natureza das suas funções e a prossecução das atribuições municipais. Como o Teatro José Lúcio da Silva desempenha funções ligadas à promoção e disponibilização de serviços culturais, a sua qualificação como serviço municipalizado é coerente com as atribuições do município no domínio da cultura previstas na Lei n.º 75/2013, incluindo a promoção da criação artística, o apoio a iniciativas culturais de interesse público e a gestão de equipamentos culturais.

Contudo, o Município identificou a necessidade de determinar, entre as formas legalmente possíveis, aquela que melhor se adequava à atividade desenvolvida pelo Teatro José Lúcio da Silva (TJLS), tendo em conta o seu modelo de funcionamento desde a criação, incluindo a estrutura de gestão e a organização dos trabalhadores. Nesse sentido, o Município analisou as alternativas disponíveis, sob os prismas jurídico e económico-financeiro, com vista à regularização da forma organizatório do Teatro, pelo que decidiu proceder à liquidação e extinção da entidade Teatro José Lúcio da Silva, e à constituição de uma empresa municipal, decisão aprovada em sessão da Assembleia Municipal do dia 22 de setembro de 2023, sob proposta da Câmara Municipal do dia 5 de setembro de 2023.

Nesta sequência, foi constituída a entidade Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A. por escritura pública, outorgada a 11 de julho de 2024, cuja atividade iniciou a 1 de janeiro de 2025, mantendo-se em atividade a entidade Teatro José Lúcio da Silva até 31 de dezembro de 2024, data da sua liquidação e extinção.

A nova entidade será controlada a 100% pelo Município de Leiria, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

À semelhança dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, o Teatro José Lúcio da Silva integra a administração indireta do Município de Leiria, pelo que não se efetuou uma análise económica financeira, uma vez que ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal “apreciar e votar os documentos de prestação de contas”, incluindo os relativos ao Teatro José Lúcio da Silva, na medida em que integra a administração indireta do município e se encontram sujeitos à sua tutela e supervisão financeira. Por forma, a dar cumprimento legal, anualmente é presente o Relatório e Contas à Câmara Municipal que o submete à apreciação e votação da Assembleia Municipal. No ano de 2024, o Relatório e

Contas do Teatro José Lúcio da Silva foi presente em reunião da Câmara Municipal de Leiria de 16 de abril de 2024 e sessão de Assembleia Municipal de Leiria de 22 de junho de 2024.

Posteriormente, de acordo com o n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que determina que sem prejuízo dos documentos da prestação de contas individuais previsto na lei, os municípios, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Assim, as contas do Teatro José Lúcio da Silva foram integradas nas Contas Consolidadas do Município de Leiria, e presentes ao órgão executivo municipal na sua reunião de 11 de junho de 2024, que após apreciação, a submeteu à Assembleia Municipal na sua sessão de 21 de junho de 2024, garantindo a necessária transparência, fiscalização e responsabilidade financeira.

2. EMPRESAS LOCAIS

As empresas locais são sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer de forma direta e indireta, uma influência dominante, a determinar pela detenção da maioria de capital (isolado ou em conjunto com outras entidades públicas) ou dos direitos de voto, direito de designar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão.

As empresas locais são reguladas pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (RJAEL), pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFAL) e subsidiariamente pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC), constituem instrumentos de gestão municipal organizados sob a forma societária, destinados à prossecução do interesse público local. A sua criação e funcionamento estão sujeitos a regras específicas de equilíbrio financeiro, controlo e reporte, sendo que os respetivos passivos podem repercutir-se no limite de endividamento do Município de Leiria. Por essa razão, a monitorização económico-financeira destas entidades é indispensável para garantir a legalidade, a sustentabilidade e a proteção da autonomia financeira municipal.

MUNICÍPIA, EM, SA

A Município é uma Sociedade Anónima, que opera com autonomia total na produção de dados geográficos via aérea e terrestre, caracterização técnica de infraestruturas, deteção remota, desenvolvimento de soluções WebSIG e SIG, estudo e mapeamento de riscos, consultoria SIG, desenvolvimento aplicacional e formação.

O Município de Leiria aderiu à entidade em 18 de outubro de 1999 e, durante o ano de 2024, esteve representado na Assembleia Geral pelo Senhor Vereador Ricardo Santos. O Município detém uma participação no capital social de 0,77%.

Com o objetivo de verificação do disposto no n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, foi realizada uma análise económico-financeira da sociedade Município, S.A., com base nos Balanços e Demonstrações Financeiras dos três últimos exercícios. Esta análise teve por base os dados apresentados no quadro abaixo:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Social	3 236 678,67 €	3 236 678,67 €	3 236 678,67 €
Capital Próprio	3 333 619,04 €	3 279 297,63 €	3 353 562,96 €

Resultado Líquido	114 535,37 €	-820 474,59 €	-1 046 763,26 €
Vendas e Prestação de Serviços	3 726 936,74 €	2 500 433,97 €	2 181 270,92 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Ganhos	354 286,62 €	110 917,74 €	361 820,03 €
Total Receitas	4 081 223,36 €	2 611 351,71 €	2 543 090,95 €
Total Gastos	3 949 478,24 €	3 417 670,96 €	3 566 180,53 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	497 960,44 €	-479 325,53 €	-723 539,10 €
Amortizações/Depreciações	267 013,65 €	261 095,95 €	237 527,47 €
Resultado Operacional	230 946,79 €	-740 421,53 €	-961 066,57 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	94,37%	73,16%	61,17%
Artigo 35.º do CSC: metade Capital Social	1 618 339,34 €	1 618 339,34 €	1 618 339,34 €
Artigo 35.º do CSC: Diferença 50% Cap. Social e Cap. próprio	1 715 279,71 €	1 660 958,30 €	1 735 223,63 €

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

- As vendas e prestações de serviços asseguraram a cobertura de mais de 50% dos gastos totais da sociedade. Em concreto, representaram 61,17% em 2022, 73,16% em 2023 e 94,37% em 2024;
- A empresa não recebeu subsídios à exploração nos exercícios de 2022, 2023 e 2024;
- O resultado operacional, após a dedução das amortizações e depreciações, apenas foi positivo em 2024. Nos exercícios de 2022 e 2023, o resultado foi negativo, evidenciando que os rendimentos gerados pelas atividades da Município não foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações;
- Apenas em 2024 a sociedade apresentou um resultado líquido positivo, no montante de 114.535,37 €, tendo registado prejuízos nos anos de 2022 (1.046.763,26 €) e 2023 (820.474,59 €);
- Verifica-se que o Capital Próprio se manteve superior a metade do Capital Social nos três exercícios económicos analisados, cumprindo assim o disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Em suma, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 62.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL), verifica-se que a entidade apresentou resultados operacionais e resultados líquidos negativos nos exercícios de 2022 e 2023. Contudo, em 2024, registou-se uma inversão da situação, com a obtenção de resultados positivos, pelo que a Município não se encontra abrangida por nenhuma das situações previstas no referido artigo.

Apesar dos resultados negativos verificados nos exercícios anteriores, a Município não está sujeita à dissolução no prazo de seis meses, nos termos do artigo 62.º do RJAEL, nem o Município de Leiria se encontra obrigado a proceder à alienação da respetiva participação no capital social, conforme o disposto no artigo 66.º da mesma lei.

3. PARTICIPAÇÕES LOCAIS

As participações locais correspondem a participações sociais minoritárias detidas pelos municípios ou associações de municípios em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial, que não assumem a natureza de empresas locais.

Estas participações encontram-se reguladas pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (RJAEL), pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFAL) e, subsidiariamente, pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Importa salientar que os passivos das sociedades participadas podem ter reflexo no limite de endividamento municipal, o que reforça a necessidade de uma avaliação e monitorização económico-financeira rigorosa destas participações. Tal acompanhamento é fundamental para garantir a sustentabilidade financeira, o cumprimento do enquadramento legal e a preservação da autonomia financeira do Município de Leiria.

3.1. Águas do Centro Litoral, SA

A Águas do Centro Litoral, SA tem por objeto, em regime de exclusividade, a exploração e a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral e de sistemas municipais de abastecimento de água e saneamento, em resultado de parcerias entre o Estado e os municípios.

A adesão do Município de Leiria à presente entidade decorreu da extinção da SIMLIS e das Águas do Mondego, nos termos do Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio. Durante o ano de 2024, o Município foi representado na Assembleia Geral pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes.

O Município de Leiria é acionista da Águas do Centro Litoral, S.A., detendo uma participação no capital social no montante de 2.942.781,00 €, o que corresponde a 7,36% do capital total da empresa, fixado em 39.974.969,00 € à data de 31 de dezembro de 2024.

Para efeitos de verificação do disposto no n.º 2 do artigo 55.º e no n.º 1 do artigo 62.º do RJAEL, e com base nos Balanços e Demonstrações Financeiras da sociedade, procedeu-se à análise económico-financeira da Águas do Centro Litoral, S.A., relativa aos três últimos exercícios, conforme os dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Social	39 974 969,00 €	39 974 969,00 €	39 974 969,00 €
Capital Próprio	108 969 364,00 €	107 054 104,00 €	105 778 143,00 €
Resultado Líquido	4 356 239,00 €	4 586 906,00 €	3 485 204,00 €
Vendas e Prestação de Serviços	56 769 079,00 €	54 077 054,00 €	52 301 021,00 €
Subsídios à Exploração	-	-	-
Outros Rendimentos	15 792 700,00 €	25 902 160,00 €	15 434 205,00 €
Total Receitas	56 769 079,00 €	54 077 054,00 €	52 301 021,00 €
Total Gastos	71 231 011,00 €	78 784 410,00 €	59 516 843,00 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	23 284 404,00 €	22 732 443,00 €	29 205 184,00 €
Amortizações/Depreciações	16 301 169,00 €	16 185 899,00 €	16 579 225,00 €
Resultado Operacional	11 298 149,00 €	10 326 073,00 €	8 549 066,00 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	79,70%	68,64%	87,88%
Artigo 35.º do CSC: metade Capital Social	19 987 484,50 €	19 987 484,50 €	19 987 484,50 €
Artigo 35.º do CSC: Diferença 50% Capital Social e Capital Próprio	88 981 879,50 €	87 066 619,50 €	85 790 658,50 €

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

- As vendas e prestações de serviços asseguraram a cobertura de mais de 50% dos gastos totais da sociedade, representando 87,88% em 2022, 68,64% em 2023 e 79,70% em 2024;
- A empresa não obteve subsídios à exploração nos exercícios de 2022, 2023 e 2024;

c) O resultado operacional, após dedução das amortizações e depreciações, manteve-se positivo nos três últimos exercícios, evidenciando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os respetivos gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações. Os resultados apurados foram de 8.549.066,00 € em 2022, 10.326.073,00 € em 2023 e 11.298.149,00 € em 2024;

d) A empresa apresentou resultados líquidos positivos em todos os exercícios analisados, no montante de 3.485.204,00 € em 2022, 4.586.906,00 € em 2023 e 4.356.239,00 € em 2024;

e) Verifica-se que o capital próprio se manteve amplamente superior a metade do capital social nos três anos em análise, demonstrando uma situação financeira equilibrada e sustentável.

Em suma, conclui-se que, da análise dos últimos três exercícios, a entidade não se encontra abrangida por nenhuma das situações tipificadas nas alíneas do n.º 1 do artigo 62.º do RJAEL. O capital próprio manteve-se amplamente superior a metade do capital social nos três anos em análise, pelo que não se aplicam os procedimentos previstos no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Deste modo, a avaliação relativa aos exercícios de 2022, 2023 e 2024 permite concluir que a Águas do Centro Litoral, S.A. evidencia uma situação económico-financeira equilibrada e sustentável.

3.2. Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA

A Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA é uma fornecedora de gás natural que opera no centro de Portugal Continental, procurando garantir o melhor serviço na distribuição de gás, com a máxima qualidade e segurança, enquanto contribui para as melhores condições ambientais.

O Município de Leiria aderiu à presente entidade em 28 de dezembro de 1994 e, durante o ano de 2024, esteve representado na Assembleia Geral pelo Senhor Vereador Ricardo Gomes.

O Município é acionista da LUSITANIAGÁS – Companhia de Gás do Centro, S.A., detendo uma participação no capital social no montante de 14.350,00 €, correspondente a 0,07% do capital total da empresa, fixado em 20.500.000,00 € à data de 31 de dezembro de 2024.

Para efeitos de verificação do disposto no n.º 2 do artigo 55.º e no n.º 1 do artigo 62.º do RJAEL, e com base nos Balanços e Demonstrações Financeiras da sociedade, procedeu-se à análise económico-financeira da Lusitaniagás, relativa aos três últimos exercícios, conforme os dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Social	20 500 000,00 €	20 500 000,00 €	20 500 000,00 €
Capital Próprio	211 367 864,52 €	220 543 927,31 €	214 062 807,17 €
Resultado Líquido	11 834 056,41 €	7 958 609,64 €	7 166 631,90 €
Prestação de Serviços	44 671 380,78 €	36 428 484,78 €	35 383 128,29 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Ganhos	10 244 156,49 €	10 949 410,04 €	12 016 622,70 €
Total Receitas/Ganhos	54 915 537,27 €	47 377 894,82 €	47 399 750,99 €
Total Gastos	38 033 678,55 €	33 061 705,12 €	33 776 653,62 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	27 461 283,65 €	24 761 026,71 €	24 227 338,04 €
Resultado Operacional	16 401 632,31 €	13 974 491,19 €	13 652 965,59 €

Amortizações/Depreciações	11 035 642,61 €	10 832 907,88 €	10 572 204,02 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	117%	110%	105%
Artigo 35.º do CSC: metade Cap. Social	10 250 000,00 €	10 250 000,00 €	10 250 000,00 €
Artigo 35.º do CSC: Diferença 50% Cap. Social e Cap. próprio	201 117 864,52 €	210 293 927,31 €	203 812 807,17 €

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços asseguraram a cobertura de mais de 50% dos gastos totais, correspondendo a 105% em 2022, 110% em 2023 e 117% em 2024;

b) A empresa não obteve subsídios à exploração nos exercícios de 2022, 2023 e 2024;

c) O resultado operacional, após dedução das amortizações e depreciações, manteve-se positivo ao longo dos três últimos exercícios, evidenciando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações. Os montantes registados foram: 13.652.965,59 € em 2022, 13.974.491,19 € em 2023 e 16.401.632,31 € em 2024;

d) A empresa apresentou resultados líquidos positivos em todos os exercícios analisados, nos montantes de 7.166.631,90 € em 2022, 7.958.609,64 € em 2023 e 11.834.056,41 € em 2024;

e) Verifica-se que o capital próprio se manteve amplamente superior a metade do capital social nos três anos em análise, evidenciando solidez e sustentabilidade financeira da sociedade;

Em suma, verifica-se que, pela análise dos últimos três exercícios, a entidade não se encontra abrangida por nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 62.º do RJAEL. O capital próprio manteve-se amplamente superior a metade do capital social nos três anos em análise, pelo que não se aplicam os procedimentos previstos no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Deste modo, a avaliação relativa aos exercícios de 2022, 2023 e 2024 permite concluir que a Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. apresenta uma situação económico-financeira equilibrada e sustentável.

3.3. MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos, SA

A Mapicentro é uma sociedade cuja atividade é o abate de gado, dando prioridade aos abates em regime de prestação de serviços a terceiros para o abastecimento público das carnes verdes, dos concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pombal e Porto de Mós e ainda a industrialização e comercialização de carnes, seus produtos e derivados.

O Município de Leiria é uma das entidades constituintes da Mapicentro, S.A., desde a celebração da sua escritura de 7 de outubro de 1986. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado na Assembleia Geral pelo Senhor Vereador Luís Lopes.

O Município detém uma participação no capital social da Mapicentro, S.A., no montante de 22.750,00 €, correspondente a 0,99% do capital social da empresa, que se encontra fixado em 2.285.000,00 €.

Para efeitos de verificação do disposto no n.º 2 do artigo 55.º e no n.º 1 do artigo 62.º do RJAEL, e com base nos Balanços e Demonstrações Financeiras da sociedade, procedeu-se à análise económico-

financeira da Mapicentro, relativa aos três últimos exercícios, conforme os dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Social	2 285 000,00 €	2 285 000,00 €	2 285 000,00 €
Capital Próprio	1 051 781,19 €	1 040 672,93 €	1 100 059,19 €
Resultado Líquido	20 428,02 €	-50 035,90 €	-35 552,62 €
Vendas e Prestação de Serviços	1 701 970,79 €	1 981 957,11 €	1 969 167,39 €
Subsídio à Exploração	0,00 €	0,00 €	3 584,14 €
Outros Rendimentos	18 892,42 €	26 348,04 €	0,00 €
Total Receitas/Ganhos	1 720 863,21 €	2 008 305,15 €	1 969 167,39 €
Total Gastos	1 699 902,82 €	2 057 243,23 €	2 047 468,19 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	172 210,21 €	95 952,12 €	89 945,67 €
Resultado Operacional	80 612,31 €	4 801,02 €	-2 033,16 €
Amortizações/Depreciações	91 597,90 €	91 151,10 €	91 978,83 €
Alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL-Vendas/Gastos	100,12%	96,34%	96,18%
Artigo 35.º do CSC: Metade do Capital Social	1 142 500,00 €	1 142 500,00 €	1 142 500,00 €
Artigo 35.º do CSC: Diferença 50% Capital Social e Capital Próprio	-90 718,81 €	-101 827,07 €	-42 440,81 €

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

- a) As vendas e prestações de serviços asseguraram a cobertura de mais de 50% dos gastos totais da sociedade;
- b) A empresa não obteve subsídios à exploração nos exercícios de 2023 e 2024;
- c) O resultado operacional, após dedução das amortizações e depreciações, foi positivo em 2023 e 2024, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da Mapicentro, S.A. foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações.
- d) A empresa apresentou resultado líquido positivo em 2024, no valor de 20.428,02 €, apesar de ter registado resultados líquidos negativos em 2022 e 2023, de 50.035,90 € e 35.552,62 €, respetivamente.
- e) Continua a verificar-se que o capital próprio permanece inferior a metade do capital social, situação que se mantém há mais de cinco exercícios económicos consecutivos.

Em suma, apesar do resultado líquido positivo em 2024, a Mapicentro, S.A. mantém os seus capitais próprios abaixo de metade do capital social. Nos termos do artigo 66.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, «as participações locais são objeto de alienação obrigatória sempre que as sociedades comerciais participadas incorram em alguma das situações tipificadas no n.º 1 do artigo 62.º».

Atualmente, encontra-se em curso, pela Divisão de Contencioso e Apoio Jurídico, um processo visando a alienação das ações detidas pelo Município, em virtude dos prejuízos registados nos exercícios de 2021, 2022 e 2023, e na sequência da notificação do IGF em 19/08/2021, através do ofício n.º 3401/2021, devido à empresa ter apresentado capitais próprios negativos nos anos de 2018 e 2019.

3.4. VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

A VALORLIS visa a exploração e gestão, em regime de serviço público, do sistema multimunicipal de tratamento e recolha seletiva de resíduos urbanos da Alta Estremadura.

O Município de Leiria aderiu à presente entidade em 6 de agosto de 1996 e, durante o ano de 2024, esteve representado no Conselho de Administração pelo Senhor Presidente Gonçalo Lopes e na Assembleia Geral pelo Senhor Vereador Luís Lopes.

O Município é acionista da Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., detendo uma participação no capital social no montante de 380.880,00 €, correspondente a 19,044% do capital social da empresa, que se situava em 2.000.000,00 € à data de 31 de dezembro de 2024.

Para efeitos de verificação do disposto no n.º 2 do artigo 55.º e no n.º 1 do artigo 62.º do RJAEL, e com base nos Balanços e Demonstrações Financeiras da sociedade, procedeu-se à análise económico-financeira da Valorlis, relativa aos três últimos exercícios, conforme os dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Social	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €
Capital Próprio	12 051 885,00 €	12 399 812,00 €	10 250 984,00 €
Resultado Líquido	688 976,00 €	917 473,00 €	1 363 502,00 €
Prestação de Serviços	13 300 616,00 €	11 833 594,00 €	10 925 220,00 €
Subsídios à Exploração	18 207,00 €	11 500,00 €	10 035,00 €
Outros Ganhos	4 151 425,00 €	7 950 181,00 €	8 969 524,00 €
Total Receitas	17 470 248,00 €	19 795 275,00 €	19 904 779,00 €
Total Gastos	16 638 051,00 €	18 612 325,00 €	18 184 758,00 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	3 321 349,00 €	3 689 364,00 €	3 907 299,00 €
Amortizações/Depreciações	2 733 944,00 €	2 083 373,00 €	2 243 528,00 €
Resultado Operacional	1 574 178,00 €	1 957 414,00 €	2 044 158,00 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	79,94%	63,58%	60,08%
Alínea b) n.º 1 artigo 62.º RJAEL-Subsídios à Exploração/Receitas	0,10%	0,06%	0,05%
Artigo 35.º do CSC: metade Capital Social	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €
Artigo 35.º do CSC: Diferença 50% Cap. Social e Cap. próprio	11 051 885,00 €	11 399 812,00 €	9 250 984,00 €

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços asseguraram a cobertura de mais de 50% dos gastos totais, correspondendo a 60,08% em 2022, 63,58% em 2023 e 79,94% em 2024.

b) O peso dos subsídios à exploração tem sido marginal, representando menos de 1% das receitas obtidas.

c) O resultado operacional, após dedução das amortizações e depreciações, manteve-se positivo ao longo dos três últimos exercícios, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações. Os montantes registados foram de 2.044.158,00 € em 2022, 1.957.414,00 € em 2023 e 1.574.178,00 € em 2024.

d) Apesar da diminuição progressiva dos resultados líquidos, estes mantiveram-se positivos, com valores de 1.363.502,00 € em 2022, 917.473,00 € em 2023 e 688.976,00 € em 2024.

e) O capital próprio manteve-se amplamente superior a metade do capital social nos três anos analisados, evidenciando solidez financeira.

Em suma, verifica-se que a entidade não incorre em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 62.º do RJAEL, tendo o capital próprio permanecido amplamente acima de metade do capital social, pelo que não se aplicam os procedimentos previstos no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Da análise relativa aos exercícios de 2022, 2023 e 2024, conclui-se que a Valorlis – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. apresenta uma situação económico-financeira equilibrada e sustentável.

4. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

As Outras Participações correspondem a situações em que entidades públicas locais, como municípios, associações de municípios ou áreas metropolitanas, criam ou integram estruturas de natureza não comercial, designadamente fundações, cooperativas ou associações privadas, desde que estas prossigam fins de interesse público local e se enquadrem nas atribuições legais da entidade participante.

As participações detidas pelo Município fora do regime das empresas ou participações locais estão sujeitas às regras previstas no Código das Sociedades Comerciais (CSC) e, quando aplicável, às normas do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013), em matéria de reporte financeiro e limites de endividamento municipal.

Estas participações representam responsabilidades e riscos financeiros proporcionais à posição detida, podendo influenciar a sustentabilidade orçamental e a capacidade de investimento do Município. Assim, é fundamental assegurar uma análise económico-financeira contínua e rigorosa, que garanta uma gestão prudente dos riscos, bem como o cumprimento das obrigações legais e a proteção do interesse público e da autonomia financeira municipal.

4.1. ACF- Associação Caminhos de Fátima

A ACF – Associação Caminhos de Fátima é uma pessoa coletiva de direito privado, na modalidade de associação e sem fins lucrativos, criada a 12 de fevereiro de 2016, por 14 Municípios (Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Águeda, Anadia, Mealhada, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Soure, Pombal, Leiria e Ourém), que pretendiam criar um percurso alternativo para os peregrinos até ao Santuário de Fátima, com melhores condições de segurança, conforto e apoio, afastando os peregrinos das estradas e itinerários nacionais com grande movimentação de trânsito automóvel, traduzindo-se num projeto de relevante interesse público local, dada a responsabilidade de planeamento e gestão territorial que sobre os municípios impende.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 11 de setembro de 2015, nos termos de proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 8 de setembro de 2015. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado no Conselho Geral pela Senhora Vereadora Catarina Louro.

O Município detém uma participação de 7,14% na entidade e, de acordo com a cláusula 8.ª dos estatutos, procedeu ao pagamento da quota relativa ao ano de 2024, no montante de 4.178,40 €.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Fundos Patrimoniais	170 155,37 €	191 499,07 €	261 405,16 €
Resultado Líquido	-10 751,57 €	-59 313,96 €	-542,06 €
Vendas e Prestação de Serviços	58 497,92 €	50 140,80 €	54 319,20 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Receitas/Ganhos	58 497,92 €	50 140,80 €	54 319,20 €
Total Gastos	79 888,14 €	120 048,44 €	65 460,95 €
Resultado antes das Depreciações/Amortizações	2 019,38 €	-42 771,74 €	17 624,23 €
Resultado Operacional	-10 751,57 €	-59 313,29 €	-542,03 €
Amortizações/Depreciações	12 770,95 €	16 541,55 €	18 166,26 €
Alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL-Vendas/Gastos	73,22%	41,77%	82,98%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços cobriram mais de 50% dos gastos totais nos exercícios de 2022 e 2024, enquanto em 2023 apenas representaram 41,77% dos gastos;

b) A entidade não obteve subsídios à exploração nos exercícios de 2022, 2023 e 2024;

c) O resultado operacional foi negativo nos três últimos exercícios, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade não foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações. Os montantes registados foram de -542,03 € em 2022, -59.313,29 € em 2023 e -10.751,57 € em 2024;

d) A entidade apresentou resultados líquidos negativos em todos os exercícios analisados, nos montantes de -542,06 € em 2022, -59.313,96 € em 2023 e -10.751,57 € em 2024.

Em suma, a ACF – Associação Caminhos de Fátima apresenta resultados líquidos e operacionais negativos nos três exercícios: cerca de 542 € em 2022, 59.313 € em 2023 e 10.751,57 € em 2024.

Nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de endividamento municipal, são consideradas as empresas locais e participadas, pelo que a ACF contribui com 7,14% das suas dívidas para o endividamento do Município de Leiria.

4.2. ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura

A ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura nasceu de uma parceria com a AMLEI, ACILIS, ACISO, CEPAE, NERLEI, Região de Turismo Leiria – Fátima e Câmaras Municipais da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós, para implementar novas formas de intervenção local, com incidência no mundo rural, contribuindo para o bem-estar das populações, tem por objeto promover o desenvolvimento local através da dinamização de iniciativas nas áreas de recursos humanos, turismo e património e do apoio a atividades produtivas.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 1997, nos termos de proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 16 de abril de 1997. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado na Direção pela Senhora Vereadora Catarina Louro.

O Município detém uma participação de 14,29% na entidade e, de acordo com o artigo 8.º dos estatutos, procedeu ao pagamento da quota relativa ao ano de 2024, no montante de 3.000,00 €.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Total Capital Próprio	5 676,86 €	9 105,79 €	10 130,08 €
Resultado Líquido	2 034,21 €	5 215,06 €	-16 551,90 €
Vendas e Prestação de Serviços	-	-	-
Outros Ganhos	29 795,86 €	29 555,87 €	30 982,74 €
Subsídios à Exploração	307 778,17 €	251 250,08 €	193 664,46 €
Total Receitas	337 574,03 €	280 805,95 €	224 647,20 €
Total Gastos	335 539,82 €	275 590,89 €	241 199,19 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	27 744,00 €	26 025,17 €	-3 114,18 €
Resultado Operacional	17 795,26 €	14 344,69 €	-14 424,72 €
Amortizações/Depreciações	9 948,74 €	11 680,48 €	11 310,54 €
Alínea b) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL – Subsídios à Exploração/Total Receitas	91,17%	89,47%	86,21%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços deveriam cobrir mais de 50% dos gastos totais; no entanto, tal não se verifica, uma vez que a entidade não apresenta qualquer valor relativo a vendas ou serviços prestados nos três exercícios analisados;

b) O peso dos subsídios à exploração é elevado e crescente, representando aproximadamente 86% em 2022, 89,47% em 2023 e 91,17% em 2024 das receitas totais;

c) O resultado operacional, após dedução das amortizações e depreciações, foi negativo em 2022, mas tornou-se positivo em 2023 e 2024, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações;

d) Os resultados líquidos foram positivos em 2023 e 2024, nos montantes de 5.215,06 € e 2.034,21 €, respetivamente, enquanto em 2022 se registou um prejuízo de 16.551,90 €.

Em suma, a ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura apresenta resultados líquidos e operacionais positivos nos anos de 2024 e 2023, enquanto no ano de 2022 resultados líquidos e operacionais foram negativos.

Nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de endividamento municipal, são consideradas as empresas locais e participadas, pelo que a ADAE contribui com 14,29% das suas dívidas para o endividamento do Município de Leiria.

4.3. ADAPT. LOCAL - REDE DE MUNICÍPIOS PARA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A adapt.local tem por objeto criar uma rede de municípios e de outras entidades públicas e privadas para dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2020, nos termos de proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 21 de julho de 2020. A escritura de constituição da entidade foi celebrada em 23 de maio de 2022. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado na Assembleia Geral pelo Senhor Vereador Luís Lopes.

O Município não detém participação no capital social da entidade, tendo procedido, nos termos do artigo 8.º dos estatutos, ao pagamento da quota relativa ao ano de 2024, no montante de 2.000,00 €.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Próprio	56 465,01 €	33 511,91 €	-5 063,20 €
Resultado Líquido	22 953,10 €	38 575,11 €	-5 063,20 €
Vendas e Prestação de Serviços	47 000,00 €	49 000,00 €	0,00 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Receitas	47 000,00 €	49 000,00 €	0,00 €
Total Gastos	23 982,86 €	10 424,89 €	-5 063,20 €
Resultado antes Amortizações/Depreciações	23 116,60 €	38 675,61 €	-5 063,20 €
Resultado Operacional	23 116,60 €	38 675,61 €	-5 063,20 €
Amortizações/Depreciações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL –Vendas/Gastos	195,97%	470,03%	0,00%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

- As vendas e prestações de serviços cobriram mais de 50% dos gastos totais, com exceção de 2022, ano de início de atividade da entidade;
- Não foi registado recurso a subsídios à exploração ao longo dos três exercícios analisados;
- O resultado operacional foi positivo em 2023 e 2024, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais. Apenas em 2022, ano de início da atividade, o resultado operacional foi negativo;
- Não se registaram gastos com amortizações e depreciações nos três exercícios.
- O resultado líquido foi positivo em 2023 e 2024, nos montantes de 38.575,11 € e 22.953,10 €, respetivamente, tendo-se registado em 2022 um prejuízo de 5.063,20 €, correspondente ao ano de início de atividade.

Em suma, da análise relativa aos exercícios de 2023 e 2024, conclui-se que apresenta uma situação económico-financeira equilibrada, cumprindo o disposto no n.º 2 do artigo 55.º do RJAEL, no sentido da necessidade de apresentar resultados anuais equilibrados. A entidade iniciou a sua atividade em maio de 2022.

4.4. ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais

A ANAM tem por objeto valorizar o papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios, apoiando e promovendo para o efeito estudos, seminários e congressos e publicações.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2017. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado no Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Município de Leiria, nos termos do artigo 4.º dos estatutos, ao pagamento da quota relativa ao ano de 2024, no montante de 1.925,00 €.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Fundos Patrimoniais	29 384,69 €	13 059,74 €	29 225,48 €
Resultado Líquido	16 324,95 €	-16 250,59 €	6 913,20 €
Vendas e Prestação de Serviços	296 880,00 €	277 890,00 €	281 375,00 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	4 556,39 €	0,00 €
Total Receitas/Ganhos	296 880,00 €	282 446,39 €	281 375,00 €
Total Gastos	281 016,21 €	298 696,98 €	274 461,80 €
Resultado Operacional antes de Depreciações/Amortizações	16 674,37 €	-13 303,16 €	15 986,59 €
Resultado Operacional	15 863,80 €	-16 250,59 €	6 913,20 €
Amortizações/Depreciações	810,57 €	2 947,43 €	9 073,39 €
Alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL-Vendas/Gastos	105,65%	93,03%	102,52%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços cobriram mais de 50% dos gastos totais, com pesos relativos de 102,52% em 2022, 93,03% em 2023 e 105,65% em 2024.

b) O recurso a subsídios à exploração verificou-se apenas em 2023, representando apenas 1,61% das receitas totais.

c) O resultado operacional foi positivo em 2022 e 2024, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações. Em 2023, o resultado antes de amortizações e depreciações já era negativo, agravando o resultado operacional para -16.250,59 €, o que demonstra que, nesse ano, os rendimentos da associação não foram suficientes para cobrir os gastos operacionais.

d) Os resultados líquidos foram positivos em 2022 e 2024, nos montantes de 6.913,20 € e 16.324,95 €, respetivamente, tendo-se registado em 2023 um prejuízo de 16.250,59 €.

Em suma, do ponto de vista económico-financeiro, a entidade apresentou equilíbrio nos anos de 2022 e 2024. Excepcionalmente, no exercício de 2023, verificou-se um resultado líquido e operacional negativos, refletindo uma performance inferior nesse período.

4.5. ANMP- Associação Nacional dos Municípios Portugueses

A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do poder local.

O Município de Leiria é membro fundador da ANMP, constituída durante o I Congresso, realizado na Figueira da Foz nos dias 19 e 20 de maio de 1984, ocasião em que foram aprovados os estatutos iniciais. O Município encontra-se representado no Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Município de Leiria, nos termos do artigo 31.º dos estatutos, procedeu ao pagamento da quota relativa ao ano de 2024, no montante de 6.952,83 €.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Próprio	3 168 313,27 €	3 137 055,88 €	2 928 037,03 €
Resultado Líquido	31 257,39 €	209 018,85 €	56 542,57 €
Vendas e Prestação de Serviços	1 766 938,63 €	1 849 462,79 €	1 560 744,74 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Receitas/Ganhos	1 766 938,63 €	1 849 462,79 €	1 560 744,74 €
Total Gastos	1 798 648,40 €	1 842 009,13 €	1 511 943,44 €
Resultado antes de Amortizações/Depreciações	58 239,11 €	259 059,18 €	109 481,18 €
Amortizações/Depreciações	62 352,30 €	55 720,19 €	52 167,87 €
Resultado Operacional	-4 113,19 €	203 338,99 €	57 313,31 €
Alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL-Vendas/Gastos	98,24%	100,40%	103,23%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

- a) As vendas e prestações de serviços cobriram mais de 50% dos gastos totais.
- b) Não houve recurso a subsídios à exploração ao longo dos exercícios analisados.
- c) O resultado operacional foi positivo em 2022 e 2023, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais. Em 2024, embora o resultado antes de amortizações e depreciações tenha sido positivo em 58.239,11 €, o impacto das amortizações e depreciações resultou num resultado operacional negativo de -4.113,19 €, demonstrando que, nesse ano, os rendimentos da associação não foram suficientes para cobrir os gastos com amortizações e depreciações.
- d) Os resultados líquidos foram positivos em todos os exercícios analisados, nos montantes de 56.542,57 € em 2022, 209.018,85 € em 2023 e 31.257,39 € em 2024.

Em suma, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de endividamento municipal, estão incluídas as empresas locais e participadas. A ANMP contribui com 0,395% das suas dívidas para o endividamento do Município de Leiria.

Analisado o desempenho da ANMP ao longo dos últimos três exercícios, conclui-se que apresenta uma situação equilibrada do ponto de vista económico-financeiro.

4.6. AOPP - Associação Oficina de Planeamento e Participação

A Associação Oficina de Planeamento e Participação tem como fim a promoção de um mundo mais justo, solidário e sustentável, através da criação e implementação de ações inovadoras, em Portugal e no estrangeiro.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 6 e 9 de dezembro de 2019, nos termos de proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 26 de novembro de 2019. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado na Assembleia Geral pela Senhora Vereadora Catarina Louro.

O Município de Leiria, nos termos do artigo 3.º dos estatutos, procedeu ao pagamento da quota relativa ao ano de 2024, no montante de 950,00 €, não detém qualquer participação patrimonial.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Próprio/Fundo Patrimonial	188 967,24 €	126 455,62 €	36 435,96 €
Resultado Líquido	62 511,62 €	90 019,66 €	18 264,40 €
Vendas+ Prestação de Serviços	98 872,23 €	137 731,61 €	89 521,29 €
Subsídios à Exploração	237 942,35 €	171 548,70 €	108 726,62 €
Total Receitas	336 883,04 €	309 280,49 €	198 247,91 €
Total Gastos	274 226,86 €	219 109,27 €	182 032,93 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	64 071,27 €	91 389,66 €	19 345,40 €
Amortizações/Depreciações	1 415,09 €	1 218,44 €	1 081,00 €
Resultado Operacional	62 656,18 €	90 171,22 €	18 264,40 €
Alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL-Vendas/Total Gastos	36,05%	62,86%	49,18%
Alínea b) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL-Subsídios à Exploração/Total Receitas	70,63%	55,47%	54,84%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços deveriam cobrir mais de 50% dos gastos totais, o que apenas ocorreu em 2023, com um valor de 62,86%. Em 2024, este indicador foi de apenas 36,05%, refletindo uma menor contribuição das receitas próprias para a cobertura das despesas.

b) Os subsídios à exploração têm representado uma parte significativa das receitas, com tendência de crescimento. Em 2022, corresponderam a 54,84% das receitas, 55,47% em 2023 e 70,63% em 2024, indicando que a dependência de subsídios no financiamento das despesas de exploração tem aumentado ao longo dos anos.

c) O resultado operacional foi positivo em 2022, 2023 e 2024, demonstrando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais.

d) Os resultados líquidos também se mantiveram positivos, nos montantes de 18.264,40 € em 2022, 90.019,66 € em 2023 e 62.511,62 € em 2024.

Em suma, o desempenho da AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação apresenta uma situação equilibrada do ponto de vista económico-financeiro, embora se observe um crescimento progressivo do peso dos subsídios à exploração no total das receitas.

4.7. APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que tem, por finalidade geral e exclusiva, promover todas as atividades que visem a promoção, reabilitação e revitalização dos Centros Históricos, através de uma estreita colaboração dos municípios portugueses e no diálogo com as instituições nacionais e internacionais do mesmo âmbito.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 26 de maio de 2023, nos termos de proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 18 de abril de 2023. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado na Assembleia Geral pela Senhora Vereadora Anabela Fernandes da Graça.

O Município de Leiria, nos termos do artigo 6.º dos estatutos, procedeu ao pagamento da quota relativa ao exercício de 2024, no valor de 1.427,00€.

Não foi possível realizar a análise económico-financeira da entidade, uma vez que esta adota um regime de contabilidade orçamental. Este tipo de contabilidade, centrado no controlo da execução do orçamento e na gestão das dotações orçamentais, não disponibiliza a informação necessária para a elaboração de indicadores económico-financeiros, nomeadamente demonstrações de resultados e balanços patrimoniais, impossibilitando assim a realização de uma análise financeira comparável à das entidades com contabilidade empresarial.

4.8. APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica

A Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica - APTCVC tem por objeto a defesa, a valorização e a divulgação do património cultural e histórico cerâmico.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 28 de outubro de 2019, nos termos de proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 15 de outubro de 2019. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado pela Senhora Vereadora Anabela Graça, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal.

O Município de Leiria, nos termos do artigo 10.º dos estatutos, procedeu ao pagamento da quota relativa ao ano de 2024, no montante de 800,00 €, não detém qualquer participação patrimonial.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Total Fundo Patrimonial	74 247,40 €	54 636,70 €	44 004,23 €
Resultado Líquido	19 610,70 €	10 632,47 €	6 193,25 €
Vendas e Prestação Serviços	283 137,50 €	20 800,00 €	16 000,00 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos	0,00 €	22 400,00 €	0,00 €
Total Receitas	283 137,50 €	43 200,00 €	16 000,00 €
Total Gastos	263 526,80 €	10 167,53 €	9 806,75 €

Resultado Operacional antes de Depreciações/Amortizações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Operacional	19 610,70 €	10 707,35 €	6 270,95 €
Amortizações/Depreciações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL-Vendas/Gastos	107,44%	204,57%	163,15%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços cobriram mais de 50% dos gastos totais em todos os exercícios analisados.

b) Não houve recurso a subsídios à exploração ao longo dos últimos três anos.

c) O resultado operacional foi positivo em 2022, 2023 e 2024, demonstrando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais.

d) Os resultados líquidos mantiveram-se positivos, nos montantes de 6.193,25 € em 2022, 10.632,47 € em 2023 e 19.610,70 € em 2024.

Em suma, analisado o desempenho da APTCVC nos últimos três exercícios económicos, conclui-se que a entidade apresenta uma situação equilibrada do ponto de vista económico-financeiro.

4.9. Associação Rede de Judiarias de Portugal

A associação tem por fim uma atuação conjunta, na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica. a ancestralidade da presença judaica em Leiria, cujo apogeu e marca de desenvolvimento incidiu nos finais do séc. XV, levando a cidade a tornar-se uma referência para a História da Cultura em Portugal;

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, nos termos de proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 19 de fevereiro de 2013. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado na Direção pela Senhora Vereadora Anabela Graça.

O Município detém uma participação de 6,53% no capital social da entidade e, nos termos do artigo 9.º dos estatutos, procedeu ao pagamento da quota relativa ao exercício de 2024, no montante de 1.500,00 €.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Social	22 972,72 €	22 972,72 €	22 972,72 €
Capital Próprio	298 521,29 €	297 024,89 €	211 466,59 €
Resultado Líquido	1 496,40 €	85 558,30 €	24 822,13 €
Vendas e Prestação de Serviços	31 600,00 €	61 600,00 €	0,00 €
Subsídios à Exploração	824,99 €	0,00 €	0,00 €
Outros Ganhos	0,00 €	26 350,00 €	31 600,00 €
Total Receitas	32 424,99 €	87 950,00 €	31 600,00 €
Total Gastos	30 928,59 €	2 391,70 €	6 777,87 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	1 496,40 €	85 796,00 €	24 822,13 €

Amortizações/Depreciações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Operacional	1 496,40 €	85 796,00 €	24 822,13 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	102,17%	2575,57%	0,00%

Da análise verifica-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços cobriram mais de 100% dos gastos totais nos exercícios de 2023 e 2024. Em 2022, não se registou qualquer valor a título de vendas ou prestação de serviços.

b) Os subsídios à exploração foram inexistentes em 2022 e 2023, tendo sido de 824,99 € em 2024.

c) Os resultados operacionais, deduzidos das amortizações e depreciações, foram positivos em todos os três exercícios, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações. Os montantes registados foram: 24.822,13 € em 2022, 85.796,00 € em 2023 e 1.496,40 € em 2024.

d) Os resultados líquidos também se mantiveram positivos em todos os exercícios, nos montantes de 24.822,13 € em 2022, 85.558,30 € em 2023 e 1.496,40 € em 2024.

Em suma, a Associação Rede de Judiarias de Portugal contribui com 6,53% das suas dívidas para o endividamento do Município de Leiria. Ao nível económico-financeiro, a entidade apresenta uma situação equilibrada ao longo dos três exercícios analisados.

4.10. CENTIMFE - Centro Tecnológico de Moldes, Ferramentas Especiais, Plásticos

O CENTIMFE, fundada em 1991, é uma pessoa coletiva de utilidade pública, sem fins lucrativos e visa o desenvolvimento técnico e tecnológico das indústrias nacionais de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, bem como dos sectores afins e complementares.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2007, nos termos de proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 9 de novembro de 2006. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado no Conselho Geral pela Senhora Vereadora Catarina Louro.

O Município detém uma participação de 0,33% no capital social desta entidade.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Social	748 200,00 €	748 200,00 €	748 200,00 €
Total Capital Próprio	2 561 552,57 €	2 760 277,96 €	2 542 043,68 €
Resultado Líquido	84 904,35 €	9 749,61 €	-75 928,29 €
Prestação de Serviços	1 387 917,66 €	1 228 104,17 €	1 131 264,78 €
Subsídios à Exploração	1 519 943,49 €	1 300 137,05 €	930 245,91 €
Outros Ganhos	395 604,86 €	128 160,15 €	180 406,55 €
Total Receitas/Ganhos	3 303 466,01 €	2 656 401,37 €	2 241 917,24 €
Total Gastos	3 207 327,47 €	2 913 509,95 €	2 309 643,59 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	678 973,76 €	435 165,33 €	195 759,91 €

Amortizações/Depreciações	514 301,01 €	353 526,55 €	223 962,24 €
Resultado Operacional	164 672,75 €	81 638,78 €	-28 202,33 €
Alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL-Vendas/Gastos	43,27%	42,15%	48,98%
Alínea b) do n.º 1 do artigo 62.º RJAEL-Subsídios à Exploração/Total Receitas	46,01%	48,94%	41,49%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços deveriam cobrir mais de 50% dos gastos totais, o que não se verificou, representando 48,98% em 2022, 42,15% em 2023 e 43,27% em 2024.

b) O peso dos subsídios à exploração manteve-se abaixo de 50% das receitas totais, situando-se em 41,49% em 2022, 48,94% em 2023 e 46,01% em 2024.

c) O resultado operacional, deduzido das amortizações e depreciações, foi negativo em 2022, mas tornou-se positivo em 2023 e 2024, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade passaram a ser suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações.

d) Os resultados líquidos foram positivos em 2023 e 2024, nos montantes de 9.749,61 € e 84.904,35 €, respetivamente. Em 2022, registou-se um prejuízo de 75.928,29 €.

Em suma, a CENTIMFE contribui com 0,33% das suas dívidas para o endividamento do Município de Leiria. Analisado o desempenho da entidade nos últimos três exercícios económicos, constata-se que apresenta uma situação económico-financeira equilibrada, evidenciando uma melhoria progressiva dos resultados operacionais e líquidos ao longo dos anos.

4.11. CENTROLOGIS - Centro Logístico do Litoral, ACE

O Centro Logístico do Litoral tem por fim promover e viabilizar do ponto vista técnico, económico e político a Plataforma Empresarial e Logística (PEL), assegurando também a viabilização, implementação e acompanhamento do projeto da Zona de Atividades Logísticas da Figueira da Foz.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão de Assembleia Municipal do dia 29 de dezembro de 2006. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado na Direção pela Senhora Vereadora Catarina Louro.

O Município de Leiria tem uma participação no capital de 9,62%.

Após os contactos estabelecidos e os pedidos da informação financeira efetuados, o Município de Leiria não recebeu qualquer documentação por parte desta entidade. Adicionalmente, foi confirmado que a mesma se encontra atualmente sem atividade, não estando em funcionamento, o que impossibilitou a obtenção de elementos necessários para a realização de uma análise económico-financeira.

4.2. CEPAE - Centro do Património da Estremadura

O Centro de Património da Estremadura visa contribuir para a preservação do Património cultural da Estremadura, entendendo-se por esta o conjunto dos concelhos do distrito de Leiria e outros que o desejem, em diálogo com as entidades competentes.

O Município de Leiria aderiu a esta entidade em 25 de janeiro de 1994 e, durante o ano de 2024, esteve representado na Assembleia Geral pela Senhora Vereadora Anabela Graça.

O Município de Leiria, nos termos do artigo 6.º dos estatutos, procedeu ao pagamento da quota relativa ao ano de 2024, no montante de 600,00 €.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Fundo Patrimonial	32 708,86 €	29 593,26 €	29 805,97 €
Resultado Líquido	3 115,60 €	-707,10 €	187,75 €
Vendas e Prestação de Serviços	7 882,00 €	9 844,00 €	10 129,61 €
Subsídios à Exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Receitas	7 882,00 €	9 844,00 €	10 129,61 €
Total Gastos	4 873,00 €	11 706,20 €	10 709,45 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	3 115,60 €	-499,23 €	450,17 €
Amortizações/Depreciações	0,00 €	208,38 €	249,97 €
Resultado Operacional	3 115,60 €	-707,61 €	200,20 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	161,75%	84,09%	94,59%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços cobriram mais de 50% dos gastos totais, representando 94,59% em 2022, 84,09% em 2023 e 161,75% em 2024.

b) A entidade não obteve subsídios à exploração nos exercícios de 2022, 2023 e 2024.

c) O resultado operacional, deduzido das amortizações e depreciações, foi positivo em 2022 e 2024, mas negativo em 2023, no montante de -707,61 €. Isto indica que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações, em 2022 e 2024, mas insuficientes em 2023.

d) Os resultados líquidos foram positivos em 2022 e 2024, nos montantes de 187,75 € e 3.115,60 €, respetivamente. Em 2023, registou-se um prejuízo de 707,10 €.

Em suma, constatou-se que a entidade apresentou uma situação equilibrada em 2022, tendo registado resultados negativos em 2023, tanto a nível operacional como líquido. Em 2024, observa-se uma melhoria no desempenho da atividade desenvolvida.

A CEPAE contribui com 9,78% das suas dívidas para o endividamento do Município de Leiria, refletindo a sua relevância no contexto das participações locais.

4.12. CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria é composta pelos Municípios de Ansião, Alvaiázere, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós e destina-se à prossecução de fins públicos, nomeadamente a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido,

participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN, entre outros.

A adesão do Município de Leiria à entidade foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2014, nos termos de proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 22 de abril de 2014. Durante o ano de 2024, o Município esteve representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Presidente do Conselho.

O Município de Leiria, nos termos do artigo 6.º dos estatutos, procedeu ao pagamento da quota relativa ao exercício de 2024, no montante de 5.000,00 €.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Património/Capital	174 702,55 €	174 702,55 €	174 702,55 €
Total Património Líquido	6 725 024,88 €	5 565 340,94 €	2 644 094,72 €
Resultado Líquido	822 254,12 €	2 071 788,78 €	1 138 443,86 €
Vendas e Prestação de Serviços	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e Subsídios obtidos	11 160 719,46 €	6 501 493,07 €	5 646 025,42 €
Outros Ganhos	529 129,77 €	538 816,18 €	358 951,29 €
Total Receitas	18 707 998,46 €	14 138 622,79 €	9 428 564,00 €
Total Gastos	10 867 595,11 €	4 968 520,47 €	4 866 532,85 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	1 320 486,96 €	2 674 097,79 €	1 476 791,97 €
Amortizações/Depreciações	558 929,65 €	617 704,70 €	338 270,04 €
Resultado Operacional	761 657,31 €	2 056 393,09 €	1 138 521,93 €
Alínea b) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Subsídios/Receitas	59,66%	45,98%	59,88%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

- A entidade não obteve quaisquer rendimentos provenientes de vendas ou prestações de serviços.
- O peso das transferências e subsídios à exploração nas receitas totais da Fundação tem sido elevado nos últimos três anos, representando aproximadamente 94% em 2022, 92% em 2023 e 95% em 2024, evidenciando a sua importância no financiamento da atividade da entidade.
- O resultado operacional, deduzido das amortizações e depreciações, foi positivo em todos os três exercícios, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da CIMRL foram suficientes para cobrir os gastos operacionais. Os montantes registados foram: 1.138.521,93 € em 2022, 2.056.393,09 € em 2023 e 761.657,31 € em 2024.
- Os resultados líquidos também se mantiveram positivos, nos valores de 1.138.443,86 € em 2022, 2.071.788,78 € em 2023 e 822.254,12 € em 2024.

Em suma, a CIMRL contribui com 10% das suas dívidas para o endividamento do Município de Leiria. Analisado o desempenho da CIMRL nos últimos três exercícios económicos, constata-se que a entidade apresenta uma situação equilibrada do ponto de vista económico-financeiro.

4.13. ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura

A ENERDURA visa contribuir para aumentar a eficiência energética, através da utilização racional e da conservação de energia e para melhorar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, junto dos consumidores públicos e privados.

A adesão do Município de Leiria foi aprovada na sessão de Assembleia Municipal do dia 29 de junho de 2000, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião do dia 24 de março de 1999 e durante o ano de 2024 foi representado na Assembleia Geral pelo Senhor Vereador Carlos Palheira.

O Município de Leiria tem uma participação de 5,76% e nos termos do artigo 7.º dos estatutos da entidade procedeu ao pagamento da quota para o ano de 2024 no valor de 4.988,00€.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Próprio	-4 181,76 €	-16 248,74 €	-27 330,08 €
Resultado Líquido	12 066,98 €	6 093,34 €	-2 074,27 €
Vendas + Prestação de Serviços	7 182,93 €	12 115,86 €	5 350,00 €
Subsídios à Exploração	17 004,63 €	0,00 €	0,00 €
Outros Ganhos	34 144,90 €	37 477,97 €	35 391,53 €
Total Receitas	58 332,46 €	49 593,83 €	40 741,53 €
Total Gastos	46 265,48 €	43 500,49 €	42 815,80
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	12 072,50 €	9 637,84 €	5 032,97 €
Amortizações/Depreciações	0,00 €	3 544,50 €	7 084,75 €
Resultado Operacional	12 072,50 €	6 093,34 €	-2 051,78 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	15,53%	27,85%	12,50%
Alínea b) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Subsídios/Receitas	29,15%	0,00%	0,00%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços não cobriram mais de 50% dos gastos totais nos três exercícios analisados, representando 12,50% em 2022, 27,85% em 2023 e 15,53% em 2024.

b) A entidade não obteve subsídios à exploração em 2022 e 2023. Em 2024, os subsídios corresponderam a 29,15% das receitas totais, evidenciando uma maior dependência deste tipo de financiamento.

c) O resultado operacional foi positivo em 2023 e 2024, nos montantes de 6.093,34 € e 12.072,50 €, respetivamente, indicando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações. Em 2022, registou-se um resultado operacional negativo de 2.051,78 €.

d) Os resultados líquidos foram positivos em 2023 e 2024, nos valores de 6.093,34 € e 12.066,98 €, respetivamente, enquanto em 2022 se registou um prejuízo de 2.074,27 €.

e) Apesar de se verificar uma melhoria na evolução do Capital Próprio, este manteve-se negativo nos três anos, situando-se em -27.330,08 € em 2022, -16.248,74 € em 2023 e -4.181,76 € em 2024. Esta situação

deve-se ao facto de os resultados líquidos da atividade da entidade terem sido negativos ao longo de vários anos, sendo que esta condição se verifica desde 2019.

Em suma, a Enderdura contribui com 5,76% das suas dívidas para o endividamento do Município de Leiria. A entidade tem compensado os seus gastos, fundamentalmente com as quotas dos associados, sendo reduzido o contributo das vendas ou prestação de serviços.

Apesar da melhoria gradual no Capital Próprio, este continua negativo, refletindo a necessidade de acompanhamento atento da sustentabilidade financeira da entidade.

4.14. FAM – Fundo de Apoio Municipal

O FAM – Fundo de Apoio Municipal é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira. É um Fundo constituído em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, através de um capital social de 418 M€, visando a recuperação financeira dos municípios em situação de desequilíbrio financeiro, através da implementação de programas de ajustamento municipal. O FAM foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, na sua redação atual.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital Próprio	417 857 175,47 €	417 857 175,00 €	417 857 175,00 €
Total Património	424 122 976,98 €	423 313 764,75 €	424 353 974,08 €
Resultado Líquido	4 443 904,11 €	4 038 528,17 €	5 643 041,63 €
Vendas+ Prestação de serviços	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Impostos, Taxas	3 920,77 €	20 885,88 €	28 891,29 €
Transferências e Subsídios correntes	403 627,61 €	407 385,87 €	468 639,25 €
Outros Rendimentos e Ganhos	6 452 221,52 €	5 067 704,98 €	7 119 561,03 €
Total Receitas	6 859 769,90 €	5 495 976,73 €	7 617 091,57 €
Total Gastos	1 234 574,83 €	377 679,31 €	474 000,90 €
Resultados antes de Amortizações/Depreciações	1 297 904,77 €	68 747,65 €	1 852 353,44 €
Amortizações/Depreciações	8 120,12 €	13 356,63 €	12 877,30 €
Resultado Operacional	1 289 784,65 €	55 391,02 €	1 839 476,14 €
Resultado Financeiro	4 335 410,42 €	5 062 906,40 €	5 303 614,53 €
Alínea b) n.º 1 artigo 62.º RJAEL – Transferência de Subsídios/Receitas	5,88%	7,41%	6,15%
Outros Rendimentos/Receitas	94,06%	92,21%	93,47%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) Os Outros Rendimentos e Ganhos tiveram um peso elevado nas receitas totais, correspondendo a 93,47% em 2022, 92,21% em 2023 e 94,06% em 2024, evidenciando que estes valores suportaram a maior parte das despesas de exploração da entidade.

b) Os Subsídios à Exploração representaram menos de 50% das receitas totais, sendo 6,15% em 2022, 7,41% em 2023 e 5,88% em 2024, indicando que têm relevância limitada no financiamento das despesas de exploração.

c) O resultado operacional foi positivo nos três anos, demonstrando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais.

d) Os resultados líquidos também se mantiveram positivos, com os valores de 5.463.041,63 € em 2022, 4.038.528,17 € em 2023 e 4.443.904,11 € em 2024.

e) Considerando a natureza financeira do FAM, a maior parte dos seus rendimentos decorre dos resultados financeiros, ou seja, da diferença entre os juros obtidos nos empréstimos concedidos e os juros suportados. Estes montantes foram de 5.303.906,40 € em 2022, 5.062.906,40 € em 2023 e 4.335.410,42 € em 2024.

Em suma, o Município de Leiria detém atualmente 0,511% do capital social, correspondente a 2.135.911,50 €. Analisado o desempenho do FAM ao longo dos últimos três exercícios económicos, constata-se que a entidade apresenta uma situação equilibrada do ponto de vista económico-financeiro.

4.15. Filarmonia das Beiras - Associação Musical das Beiras

A Associação Musical das Beiras pretende contribuir, através de todos os meios de intervenção cívica, para uma maior educação musical da população.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Fundo Patrimonial	132 902,72 €	221 520,57 €	390 142,84 €
Resultado Líquido	-88 617,85 €	-167 528,33 €	58 297,24 €
Vendas e Prestação de Serviços	206 270,91 €	259 659,55 €	211 264,46 €
Subsídio à Exploração	885 000,00 €	860 000,00 €	983 940,00 €
Total Receitas	1 093 571,07 €	1 120 754,86 €	1 211 118,74 €
Total Gastos	1 179 311,67 €	1 283 545,50 €	1 130 615,54 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	-85 740,17 €	-162 779,64 €	80 503,20 €
Amortizações/Depreciações	2 877,25 €	4 737,69 €	22 205,96 €
Resultado Operacional	-88 617,42 €	-167 528,33 €	58 297,24 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	17,49%	20,23%	18,69%
Alínea b) n.º 1, Art.º 62.º RJAEL-Subsídios/Receitas	80,93%	76,73%	81,24%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As Vendas e Prestações de Serviços cobriram apenas 18,69% em 2022, 20,23% em 2023 e 17,49% em 2024 dos gastos totais, evidenciando uma contribuição limitada das atividades próprias para o financiamento das despesas.

b) Os Subsídios à Exploração assumem um peso significativo nas receitas totais, representando 81,24% em 2022, 76,73% em 2023 e 80,93% em 2024, demonstrando que estes subsídios são essenciais para sustentar as despesas de exploração da entidade.

c) O resultado operacional foi positivo apenas em 2022, com 58.297,24 €, enquanto em 2023 e 2024 registou-se prejuízo operacional de 167.528,33 € e 88.617,42 €, respetivamente, refletindo que os rendimentos gerados pelas atividades da associação não foram suficientes para cobrir os seus gastos operacionais nesses anos.

d) O resultado líquido do exercício seguiu a mesma tendência, sendo positivo apenas em 2022 (58.297,24 €). Embora o prejuízo em 2024 (88.617,42 €) tenha sido inferior ao de 2023 (167.528,33 €), a entidade não conseguiu gerar lucros nos dois últimos exercícios.

Em conclusão, a Associação Musical das Beiras apresentou equilíbrio económico-financeiro apenas no exercício de 2022. A partir de 2023, a entidade registou resultados operacionais e líquidos negativos, evidenciando uma elevada dependência dos subsídios à exploração face às receitas provenientes da prestação de serviços.

4.16. Fundação Escola Profissional de Leiria

A Fundação tem por fim a realização de atividades de formação profissional inicial, contínua, atividades de inserção na vida ativa e a promoção do desenvolvimento cultural, social e económico do concelho de Leiria e da região.

O Município de Leiria é uma das entidades fundadoras da Fundação, desde a data da sua escritura de constituição, realizada a 7 de janeiro de 1998. Durante o ano de 2024, o Município foi representado pela Senhora Vereadora Anabela Graça, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente.

O Município de Leiria enquanto membro fundador da entidade, detém uma participação de 50.227,25€, correspondente a 45,25% do Fundo Patrimonial da empresa, que era de 110.500,01€, em 31/12/2024.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Fundo Patrimonial	110 500,01 €	110 500,01 €	110 500,01 €
Total Fundos Patrimoniais	3 442 265,11 €	1 027 461,28 €	1 023 452,38 €
Resultado Líquido	-318 295,86 €	4 008,00 €	53 632,18 €
Prestação de Serviços	2 852,50 €	3 676,75 €	2 856,50 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 226 029,69 €	1 505 914,22 €	1 453 772,49 €
Outros Rendimentos	369 708,79 €	253 441,84 €	220 300,91 €
Total Receitas	1 598 590,98 €	1 763 032,81 €	1 676 929,90 €
Total Gastos	1 915 047,40 €	1 756 460,45 €	1 608 693,60 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	-293 126,48 €	35 158,05 €	104 674,35 €
Amortizações/Depreciações	23 329,94 €	28 585,69 €	36 438,05 €
Resultado Operacional	-316 456,42 €	6 572,36 €	68 236,30 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	0,15%	0,21%	0,18%

Alínea b) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - subsídios/Receitas	76,69%	85,42%	86,69%
---	---------------	---------------	---------------

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) A FEPL não apresenta quaisquer rendimentos provenientes de vendas, registando apenas valores relativos a prestações de serviços. Estas, que deveriam cobrir pelo menos 50% dos gastos totais, representaram apenas 0,18%, 0,21% e 0,15%, respetivamente, nos anos de 2022, 2023 e 2024;

b) O peso contributivo dos subsídios, doações e legados à exploração nas receitas totais da Fundação tem sido muito elevado ao longo dos últimos três anos – 86,69% em 2022, 85,42% em 2023 e 76,69% em 2024. Esta situação evidencia uma forte dependência de financiamento externo, revelando a incapacidade da entidade em gerar outras fontes de receita próprias;

c) O resultado operacional foi positivo nos anos de 2022 e 2023, mas tornou-se negativo em 2024, atingindo -316.456,42€, o que demonstra que os rendimentos obtidos não foram suficientes para cobrir os gastos operacionais da Fundação;

d) Os resultados líquidos têm vindo a deteriorar-se progressivamente: em 2022 ascenderam a 53.632,18€, em 2023 reduziram-se para 4.008,00€ positivos e, em 2024, registou-se já um resultado negativo de -318 295,86 €.

Em suma, a análise aos últimos três exercícios económicos evidencia que a FEPL não apresenta uma situação equilibrada do ponto de vista económico-financeiro. Verifica-se uma tendência decrescente dos resultados, tanto operacionais como líquidos, acompanhada por um aumento dos gastos e uma redução das receitas no exercício de 2024.

4.17. Liga dos Bombeiros Portugueses

A Liga dos Bombeiros Portugueses visa promover a valorização da identidade dos bombeiros portugueses e das suas estruturas, bem como participar na definição das políticas nacionais nas áreas da proteção e socorro às populações, nomeadamente em iniciativas cívicas e legislativas respeitantes ao sector de Bombeiros e Proteção Civil.

A adesão do Município de Leiria foi formalizada em 1 de janeiro de 1969, e durante o ano de 2024 o Município foi representado no Conselho Nacional pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Município de Leiria detém uma participação de 0,21% e, nos termos do artigo 11.º dos Estatutos da entidade, procedeu ao pagamento da quota relativa ao ano de 2024, no valor de 343,00€.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Total Fundos Patrimoniais	3 452 498,96 €	3 668 164,24 €	4 052 424,28 €
Resultado Líquido	-223 323,10 €	-380 499,03 €	93 631,01
Vendas e Prestação de Serviços	387 226,94 €	461 349,65 €	280 194,10 €
Subsídios à Exploração	1 687 920,32 €	1 626 764,37 €	2 446 118,69 €
Outros Ganhos	139 389,41 €	54 382,03 €	484 248,81 €

Total Receitas	2 214 536,67 €	2 142 496,05 €	3 210 561,60 €
Total Gastos	2 437 859,77 €	2 520 257,96 €	3 113 713,24 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	-220 274,33 €	-315 261,88 €	150 207,29 €
Amortizações/Depreciações	63 594,22 €	56 231,08 €	51 614,11 €
Resultado Operacional	-283 868,55 €	-371 492,96 €	98 593,18 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	15,88%	18,31%	9,00%
Alínea b) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Subsídios/Receitas	76,22%	75,93%	76,19%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços, que deveriam cobrir mais de 50% dos gastos totais, têm-se revelado insuficientes para esse efeito, representando 9,00%, 18,31% e 15,88% nos anos de 2022, 2023 e 2024, respetivamente;

b) O peso dos subsídios à exploração manteve-se acima dos 50% face às receitas obtidas, tendo sido de 76,19% em 2022, 75,93% em 2023 e 76,22% em 2024. Tal demonstra a forte dependência desta fonte de financiamento;

c) O resultado operacional, bem como o resultado deduzido das amortizações e depreciações, foi positivo em 2022, mas negativo em 2023 e 2024, evidenciando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade não foram suficientes para cobrir os seus gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações. Os valores negativos registaram-se em 371.492,96€ (2023) e 283.868,55€ (2024);

d) A entidade apresentou resultados líquidos positivos em 2022, no montante de 93.631,00€, passando, contudo, a registar prejuízos nos dois anos seguintes, de 380.499,03€ em 2023 e 223.323,10€ em 2024.

Em suma, a LBP contribui com 0,33% das suas dívidas para o endividamento do Município de Leiria.

Do ponto de vista económico-financeiro, a LBP começou a evidenciar algum desequilíbrio a partir de 2023, com resultados operacionais e líquidos negativos em 2023 e 2024.

As vendas e prestações de serviços não têm sido suficientes para cobrir, pelo menos, 50% dos gastos totais da atividade, enquanto os subsídios à exploração têm assumido um peso superior a 50% nas receitas totais, revelando a sua importância fundamental para compensar os gastos decorrentes da atividade da entidade.

4.18. QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses

Esta entidade que tem como objetivo a promoção e valorização dos produtos tradicionais dos territórios com o objetivo de promover os produtos tradicionais do concelho de Leiria.

A adesão do Município de Leiria foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião de 22 de agosto de 2023.

Durante o ano de 2024, o Município foi representado na Assembleia Geral pela Senhora Vereadora Catarina Louro.

O Município de Leiria não detém participação no capital social da entidade e, nos termos do artigo 6.º dos respetivos estatutos, procedeu ao pagamento da quota referente ao ano de 2024, no valor de 2.165,00€.

Não foi realizada a análise económico-financeira desta entidade, uma vez que, embora a adesão do Município de Leiria tenha sido aprovada pelo órgão competente ainda durante o ano de 2023, o respetivo visto do Tribunal de Contas apenas foi concedido em fevereiro de 2024. Assim, a efetiva integração do Município ocorreu apenas nesse ano.

4.19. SHIP - Sociedade Histórica da Independência de Portugal

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal é uma associação patriótica de educação e cultura, que tem como objetivo a defesa da independência e da identidade de Portugal, bem como a afirmação da língua portuguesa como uma das principais línguas da comunidade internacional.

A adesão do Município de Leiria foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião de 15 de abril de 2015.

Durante o ano de 2024, o Município foi representado na Assembleia Geral pela Senhora Vereadora Anabela Graça.

O Município de Leiria não detém participação no capital social da entidade e, nos termos do artigo 9.º dos respetivos estatutos, procedeu ao pagamento da quota referente ao ano de 2024, no valor de 500,00€.

Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento da atividade da entidade e proteger os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira relativa aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Fundos Patrimoniais	3 029 069,12 €	1 854 957,52 €	1 258 010,76
Resultado Líquido	54 859,52 €	38 422,11 €	153 345,97 €
Vendas e Prestação de Serviços	25 611,50 €	38 869,50 €	51 080,30 €
Subsídios à Exploração	36 021,32 €	31 958,58 €	5 000,00 €
Outras Ganhos	312 203,14 €	278 888,29 €	388 171,92 €
Total Receitas	373 835,96 €	349 716,37 €	444 252,22 €
Total Gastos	318 976,44 €	311 294,26 €	290 906,25 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	304 846,32 €	297 164,14 €	284 284,11 €
Amortizações/Depreciações	14 130,12 €	14 130,12 €	6 622,14 €
Resultado Operacional	290 716,20 €	283 034,02 €	277 661,97 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	8,03%	12,49%	17,56%
Alínea b) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Subsídios/Receitas	9,64%	9,14%	1,13%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As Vendas e Prestações de Serviços cobriram apenas 17,56%, 12,49% e 8,03% dos Gastos totais, respetivamente em 2022, 2023 e 2024. Os restantes rendimentos provêm, maioritariamente, de Outros Ganhos, nomeadamente das quotizações;

b) Os Subsídios à Exploração, relativamente às receitas obtidas, apresentaram um peso inferior a 50%. Foram de 1,13% em 2022, 9,14% em 2023 e 9,64% em 2024, o que indica que os subsídios têm pouca relevância no financiamento das despesas de exploração da entidade;

c) O resultado operacional foi positivo em 2022, 2023 e 2024, demonstrando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os gastos operacionais;

d) Os resultados líquidos foram igualmente positivos, nos montantes de 153.345,97€, 38.422,11€ e 54.859,52€, respetivamente em 2022, 2023 e 2024.

Em suma, o Município de Leiria participa na SHIP – Sociedade Histórica da Independência de Portugal, uma associação de direito privado com utilidade pública, cujo objetivo é defender a identidade e independência de Portugal, atuando nas áreas da educação e promoção da cultura patriótica portuguesa.

Analisado o desempenho da SHIP nos últimos três exercícios económicos, verifica-se que apresenta uma situação equilibrada do ponto de vista económico-financeiro, apesar de as vendas e prestações de serviços representarem apenas uma pequena parcela dos gastos totais.

4.20.STARTUPLEIRIA - Associação para a Promoção do Empreendedorismo, inovação e novas Tecnologias

A STARTUP LEIRIA tem por objeto a promoção do empreendedorismo, inovação e novas tecnologias, e para prossecução do seu objeto apoia a constituição, instalação e desenvolvimento de novas empresas, nomeadamente de base tecnológica proporcionando-lhes adequadas condições técnicas e físicas, contribuindo para a dinamização e rejuvenescimento do tecido empresarial da região.

A adesão do Município de Leiria foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal realizada em 14 de dezembro de 2020, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 13 de outubro de 2020, detendo uma participação de 25,13% no capital social. Durante o ano de 2024, o Município foi representado na Direção pela Senhora Vereadora Catarina Louro e na Assembleia Geral pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Com o objetivo de avaliar a evolução da atividade da entidade e salvaguardar os interesses do Município, foi realizada uma análise económico-financeira referente aos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Fundo Social	247 750,00 €	245 750,00 €	234 750,00 €
Capital Próprio	1 069 125,37 €	1 006 766,74 €	888 960,44 €
Resultado Líquido:	76 119,14 €	122 566,81 €	49 814,77 €
Vendas e PS	370 783,50 €	452 076,64 €	260 171,71 €
Subsídios de Exploração	287 635,54 €	238 790,07 €	64 689,42 €
Total Receitas	658 419,04 €	690 866,71 €	324 861,13 €
Total Gastos	619 543,860 €	556 482,430 €	306 444,840 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	132 978,580 €	193 864,960 €	97 068,880 €
Amortizações/Depreciações	30 618,47 €	31 541,41 €	31 540,97 €
Resultado Operacional	102 360,11 €	162 323,55 €	65 527,91 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	59,85%	81,24%	84,90%

Alínea b) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Subsídios/Receitas	43,69%	34,56%	19,91%
---	---------------	---------------	---------------

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços cobriram mais de 50% dos gastos totais nos exercícios de 2022 e 2023, com 84,90% e 81,24%, respetivamente. Em 2024, este indicador registou uma diminuição significativa, fixando-se em 59,85%;

b) O peso contributivo dos subsídios à exploração nas receitas tem vindo a aumentar, embora se mantenha inferior a 50%. Nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, as respetivas percentagens foram de 19,91%, 34,56% e 43,69%;

c) O resultado operacional tem-se mantido positivo ao longo dos últimos três exercícios, demonstrando que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade foram suficientes para cobrir os seus gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações. Este resultado ascendeu a 65.527,91 € em 2022, 162.323,55 € em 2023 e 102.360,11 € em 2024;

d) A entidade apresentou resultados líquidos positivos em todos os exercícios analisados, no montante de 49.814,77 € em 2022, 122.566,81 € em 2023 e 76.119,14 € em 2024, respetivamente;

Em suma, da análise efetuada, verifica-se que a STARTUP Leiria apresenta, nos últimos três exercícios económicos, uma situação equilibrada do ponto de vista económico-financeiro.

4.21. Turismo Centro de Portugal

O Turismo Centro de Portugal tem por missão a valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da respetiva área regional de turismo, a promoção interna e no mercado interno alargado dos destinos turísticos regionais, bem como a gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional, de acordo com as orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo e os planos plurianuais da administração central e dos municípios que a integram.

A adesão do Município de Leiria decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 33/2013, de 16 de maio. Durante o ano de 2024, o Município foi representado na Assembleia Geral pela Senhora Vereadora Catarina Louro e no Conselho de Marketing pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. O Município de Leiria não detém participação no capital social.

A fim de avaliar o desempenho da entidade e garantir a proteção dos interesses do Município, elaborou-se uma análise económico-financeira dos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Capital /Património	886 450,24 €	886 450,24 €	886 450,24 €
Total Património Líquido	4 787 670,67 €	3 819 521,78 €	4 478 763,28 €
Resultado Líquido:	985 750,51 €	-641 639,88 €	927 775,77 €
Vendas e Prestação de Serviços	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Proveitos Operacionais	46 543,37 €	122 910,71 €	33 825,72 €
Transferências e Subsídios Obtidas	6 157 900,19 €	4 951 984,27 €	5 824 113,70 €
Total Receitas	6 204 443,56 €	5 074 894,98 €	5 857 939,42 €
Total Gastos	5 218 693,05 €	5 716 534,86 €	4 930 163,65 €

Resultado antes de Depreciações/Amortizações	1 073 692,22 €	-545 177,21 €	1 014 826,52 €
Amortizações/Depreciações	66 953,60 €	76 656,95 €	75 731,16 €
Resultado Operacional	1 006 738,62 €	-621 834,16 €	939 095,36 €
Subsídios e Transferências/Receitas Obtidas	99,25%	97,58%	99,42%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As transferências e os subsídios representaram, em todos os exercícios analisados, uma parcela próxima de 100% das receitas totais: 99,42% em 2022, 97,58% em 2023 e 99,25% em 2024. Tal evidencia que estas fontes de financiamento constituem praticamente o principal suporte das despesas de exploração da entidade.

b) O resultado operacional foi positivo em 2022 e 2024, revelando que os rendimentos obtidos pelas atividades desenvolvidas foram suficientes para cobrir os gastos operacionais nesses exercícios. Em 2023, pelo contrário, o resultado foi negativo, não se verificando a mesma capacidade de cobertura.

c) Os resultados líquidos foram igualmente positivos em 2022 e 2024, enquanto em 2023 se registou um prejuízo de 641.639,88 €.

Em síntese, a avaliação dos resultados da Turismo Centro de Portugal nos últimos três exercícios económicos demonstra uma gestão equilibrada e financeiramente sólida.

4.22. Vida Plena - Associação de Solidariedade Social de Leiria

A Vida Plena – Associação de solidariedade Social de Leiria é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS) com âmbito de atuação em todo o concelho de Leiria, que tem como objetivos:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Educação e formação profissional dos cidadãos.

O Município de Leiria é uma das entidades fundadoras da associação, desde a escritura de constituição lavrada em 20 de fevereiro de 2003, e durante o ano de 2024 foi representado na Assembleia Geral pela Senhora Vereadora Ana Valentim, não detendo qualquer participação patrimonial.

A fim de avaliar o desempenho da entidade e garantir a proteção dos interesses do Município, elaborou-se uma análise económico-financeira dos últimos três exercícios, com base nos dados apresentados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2024	2023	2022
Fundos	40 078,00 €	40 078,00 €	40 078,00 €
Total Fundos Patrimoniais	142 187,88 €	155 359,95 €	143 497,78 €
Resultado Líquido	-13 172,07 €	11 862,17 €	-319,83 €
Vendas e Prestação Serviços	280 120,82 €	108 743,08 €	115 499,79 €
Subsídios Exploração	19 763,46 €	173 619,93 €	147 435,78 €
Outros Rendimentos	0,00 €	0,00 €	600,00 €
Total Receitas	299 884,28 €	282 363,01 €	263 535,57 €
Total Gastos	326 063,12 €	277 098,27 €	262 656,20 €
Resultado antes de Depreciações/Amortizações	-11 909,77 €	13 067,95 €	879,37 €

Amortizações/Depreciações	5 181,41 €	1 446,69 €	1 370,09 €
Resultado Operacional	-17 091,18 €	11 621,26 €	-490,72 €
Alínea a) n.º 1 artigo 62.º RJAEL - Vendas/Gastos	85,91%	39,24%	43,97%
Alínea b) n.º 1, Art.º 62.º RJAEL-Subsídios/Receitas	6,59%	61,49%	55,95%

Da análise ao quadro, verificou-se o seguinte:

a) As vendas e prestações de serviços cobriram em mais de 50% os gastos totais no ano de 2024, com 85,91%. O mesmo não aconteceu nos anos de 2022 e 2023, onde apenas 43,97% e 39,24%, respetivamente, das Vendas e Prestação de serviços compensaram os gastos;

b) O peso contributivo dos subsídios à exploração em relação às receitas, foi de 55,91% em 2022, 60,08% em 2023 e de 6,32% em 2024;

c) O resultado operacional apenas foi positivo em 2023, no montante de 11.621,26€. Em 2022 e 2024 esse resultado foi negativo em 490,72€ e em 17.091,18€, respetivamente. Tal indica que os rendimentos gerados pelas atividades da entidade em 2022 e 2024, não foram suficientes para cobrir os seus gastos operacionais, incluindo amortizações e depreciações;

d) O resultado líquido apenas foi positivo em 2023 no montante de 11.862,17€. A entidade registou prejuízos de 319,83€ em 2022 e de 13.172,07€ em 2024.

Em síntese, verifica-se que a VIDA PLENA apenas evidenciou equilíbrio económico-financeiro no exercício de 2023. Nos exercícios de 2022 e 2024, registaram-se prejuízos e resultados operacionais negativos. Torna-se, por isso, aconselhável o acompanhamento da evolução durante o exercício de 2025, a fim de possibilitar uma apreciação mais rigorosa da situação económico-financeira da entidade.

5. DESISTÊNCIA

5.1. AMIGRANTE - Associação de Apoio ao Emigrante

A adesão do Município de Leiria à AMIGRANTE – Associação de Apoio ao Cidadão Migrante foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2003, nos termos da deliberação n.º 680/03, de 14 de abril, sob proposta da Câmara Municipal.

A AMIGRANTE comunicou que iria proceder à sua dissolução a partir de 15 de dezembro de 2023, devido à falta de voluntários para a concretização dos seus objetivos e à existência de estruturas públicas já estabelecidas para apoio aos migrantes.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento desta decisão na sua sessão de 22 de abril de 2024.

5.2. RUTIS - Associação Rede de Universidades da Terceira Idade

O Município de Leiria aderiu à RUTIS – Associação Rede de Universidades da 3.ª Idade em fevereiro de 2017, após aprovação da Assembleia Municipal na sua sessão de 24 de fevereiro de 2017.

Contudo, considerando que a adesão não trouxe os benefícios esperados, a Senhora Vereadora Ana Valentim e o Senhor Vereador Carlos Palheira propuseram que o Município de Leiria se demitisse da qualidade de membro.

Na reunião da Câmara Municipal realizada em 20 de fevereiro de 2024, a pretensão foi analisada e submetida à Assembleia Municipal, para que esta deliberasse, em conformidade com o disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, sobre a autorização da demissão do Município de Leiria da qualidade de membro da RUTIS.

A Assembleia Municipal aprovou a demissão do Município de Leiria da qualidade de membro da RUTIS – Associação Rede de Universidades da 3.ª Idade na sessão de 22 de abril de 2024.

6. QUADRO RESUMO

Entidade	Data de adesão	Detenção de capital (%)	Órgão Social	Representação	Quota 2024	Tipo de entidade	Resultados Líquidos		
							2022	2023	2024
ACF- Associação Caminhos de Fátima	11/09/2015	7,14%	Conselho Geral	Vereadora Catarina Louro	4 178,40 €	Outras participações	-	-	-
ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura	30/04/1997	14,29%	Direção	Vereadora Catarina Louro	3 000,00 €	Outras participações	-	+	+
Adapt. Local - Rede de Municípios para Adaptação às Alterações Climáticas	20/05/2022	Não	Assembleia Geral	Vereador Luís Lopes	2 000,00 €	Outras participações	-	+	+
Águas do Centro Litoral, S.A.	29/05/2015	7,32%	Assembleia Geral	Presidente Gonçalo Lopes	Não há lugar	Participações locais	+	+	+
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	30/06/2017	Não	Congresso Nacional	Presidente da Assembleia Municipal	1 925,00 €	Outras participações	+	-	+
ANMP- Associação Nacional dos Municípios Portugueses	11/01/1985	Não	Congresso Nacional	Presidente Gonçalo Lopes Presidente da AM Presidente da Junta de Freguesia Marrazes	6 952,83 €	Outras participações	+	+	+
AOPP - Associação Oficina de Planeamento e Participação	06/12/2019	Não	Assembleia Geral	Vereadora Catarina Louro	950,00 €	Outras participações	+	+	+
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	26/05/2023	Não	Assembleia Geral	Vereadora Anabela Graça	1 437,00 €	Outras participações/Outras entidades	NA ¹	NA ¹	NA ¹
APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica	30/10/2019	Não	Assembleia Geral	Vereadora Anabela Graça	800,00 €	Outras participações	+	+	+
Associação Rede de Judiarias de Portugal	28/02/2013	6,53%	Assembleia Geral	Vereadora Anabela Graça	1 500,00 €	Outras participações	+	+	+
CENTIMFE - Centro Tecnológico de Moldes, Ferramentas Especiais, Plásticos	23/02/2007	0,33%	Conselho Geral	Vereadora Catarina Louro	Não há lugar	Outras participações	-	+	+
Centrologis - Centro Logístico do Litoral, ACE	29/12/2006	9,62%		Vereadora Catarina Louro	0,00 €	Outras participações	NA ²	NA ²	NA ²

CEPAE - Centro do Património da Estremadura	12/02/1995	9,78%	Assembleia Geral	Vereadora Anabela Graça	600,00 €	Outras participações	+	-	+
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	05/05/2014	10,00%		Presidente Gonçalo Lopes	5 000,00 €	Outras participações	+	+	+
ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	29/06/2000	5,76%	Assembleia Geral	Vereador Carlos Palheira	4 988,00 €	Outras participações	-	+	+
FAM - Fundo de Apoio Municipal	31/12/2014	0,51%		Sem representação (n.º 1, art.º 10, Lei n.º 53/14, 25/08)	Não há lugar	Outras participações	+	+	+
Filarmonia das Beiras - Associação Musical das Beiras		Não	Assembleia Geral	Vereadora Anabela Graça	Não há lugar	Outras participações	+	-	-
Fundação Escola Profissional de Leiria	07/01/1998	45,25%	Comissão Permanente	Vereadora Anabela Graça	Não há lugar	Outras participações	+	+	-
Liga dos Bombeiros Portugueses	01/01/1969	0,21%	Congresso (membros singulares)	Presidente Gonçalo Lopes Comandante do corpo de bombeiros	343,00 €	Outras participações	+	-	-
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	28/12/1994	0,07%	Assembleia Geral	Vereador Ricardo Gomes	Não há lugar	Participações locais	+	+	+
Mapicentro	07/10/1986	0,99%	Assembleia Geral	Vereador Luís Lopes	Não há lugar	Participações locais	-	-	+
MUNICIPIA, E.M., S.A.	18/10/1999	0,77%	Assembleia Geral	Vereador Ricardo Santos	Não há lugar	Empresa local	+	-	-
Qualifica	22/09/2023	Não	Assembleia Geral	Vereadora Catarina Louro	2 165,00 €	Outras participações	+	-	+
SHIP - Sociedade Histórica da Independência de Portugal	30/04/2015	Não	Assembleia Geral	Vereadora Anabela Graça	500,00 €	Outras entidades	+	+	+
STARTUPLEIRIA, Associação para a Promoção do Empreendedorismo, inovação e novas Tecnologias	14/12/2020	25,13%	Direção Assembleia Geral	Vereadora Catarina Louro Presidente Gonçalo Lopes	Não há lugar	Outras participações	+	+	+
Turismo Centro de Portugal	16/05/2013	Não	Conselho de marketing Assembleia Municipal	Presidente Gonçalo Lopes Vereadora Catarina Louro	Não há lugar	Outras participações	+	-	+
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	06/08/1996	19,04%	Conselho de Administração Assembleia Geral	Presidente Gonçalo Lopes Vereador Luis Lopes	Não há lugar	Participações locais	+	+	+
Vida Plena - Associação de Solidariedade Social de Leiria	20/02/2003	Não	Assembleia Geral	Vereadora Ana Valentim	Não há lugar	Outras participações	-	+	-
SMASL - Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Leiria	07/06/1933	100,00%	Conselho de Administração	Presidente Gonçalo Lopes Vereador Ricardo Santos Vereador Ricardo Gomes	Não há lugar	Serviços Municipalizados	+	+	+
TJLS- Teatro José Lúcio da Silva		100,00%	Comissão de Gestão	Anabela Graça	Não há lugar	Serviços Municipalizados	+	+	+

1 - Esta entidade tem contabilidade orçamental.

2 - Esta entidade não apresentou o Relatório e Contas deste triénio 2022/2024.

2024

RELATÓRIO DAS PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO



03

OUTRAS AÇÕES

No triénio em análise, o Município de Leiria assegurou o controlo e o acompanhamento das entidades, através das seguintes ações:

- **Solicitação dos orçamentos e planos de atividade e estatutos das entidades:** as entidades foram notificadas a apresentar, em tempo útil, os seus instrumentos previsionais de gestão, de forma a permitir ao Município verificar a coerência estratégica, a sustentabilidade financeira e a compatibilidade com as orientações municipais.
- **Solicitação das prestações de contas anuais e no ano de 2025 procedeu-se à sua análise económico-financeira,** dos três últimos anos (2022, 2023 e 2024), garantindo uma análise crítica do desempenho económico-financeiro e do cumprimento dos objetivos definidos.
- **Preenchimento e submissão dos formulários do SIPART:** foram elaborados e remetidos à Inspeção-Geral de Finanças (IGF) os formulários relativos às entidades participadas, em conformidade com os prazos e requisitos legais, assegurando o reporte transparente e atualizado da informação obrigatória.
- **Monitorização:** o Município manteve um acompanhamento regular da atividade das entidades participadas, nomeadamente através de pedidos de informação adicionais e participação nas assembleias gerais, sempre que necessário.
- **Transição da entidade TJLS-Teatro José Lúcio da Silva para a nova Entidade TJLS - Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A.:** no ano de 2024 teve lugar a transição da entidade TJLS para a nova Entidade TJLS - Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A., a qual obrigou a um acompanhamento por parte dos serviços de património e da financeira do Município, em estrita articulação com a direção a então entidade TJLS e revisores oficiais de contas.

Em síntese, os mecanismos de controlo implementados pelo Município de Leiria no último ano permitiram garantir a transparência, a boa gestão dos recursos públicos e o alinhamento da atuação das entidades participadas com o interesse público municipal.

CONCLUSÃO

Com base na informação recolhida, verifica-se que o Município de Leiria detém um conjunto diversificado de participações em entidades de diferentes naturezas jurídicas, abrangendo associações, empresas municipais, fundações e serviços municipalizados. Estas participações refletem o compromisso do Município de Leiria com o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental do concelho e da região.

De forma geral, observa-se uma situação financeira estável na maioria das entidades participadas, com resultados líquidos positivos nos últimos exercícios, ainda que algumas apresentem oscilações pontuais. Em determinados casos, não foi possível realizar a análise económico-financeira devido à inexistência de demonstrações financeiras disponíveis, à recente adesão do Município ou ao facto de a entidade adotar um regime de contabilidade orçamental.

Verifica-se a existência de algumas situações que justificam um acompanhamento mais rigoroso por parte do Município, uma vez que determinadas entidades têm apresentado resultados líquidos negativos em vários dos últimos três exercícios. Esta circunstância poderá ter implicações no equilíbrio financeiro global e, conseqüentemente, no enquadramento das participações municipais nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a qual estabelece limites e condições específicas quanto à participação dos municípios em entidades empresariais e associações. Assim, recomenda-se uma monitorização contínua destas entidades, de modo a prevenir potenciais impactos no endividamento municipal e a assegurar o cumprimento das disposições legais aplicáveis.

As participações do Município de Leiria estão enquadradas nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, garantindo o cumprimento das disposições legais aplicáveis à atividade empresarial local e às participações municipais, promovendo simultaneamente a transparência e a boa gestão dos recursos públicos.